

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.625 - SP (2019/0303860-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : VICTORIA DAS EIRAS MONTEIRO
ADVOGADO : VICTORIA DAS EIRAS MONTEIRO - SP406278
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CRISTIANO SERAFIM DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **CRISTIANO SERAFIM DOS SANTOS**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 157, § 2º, II, e § 2º-A, I, do Código Penal e 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente. A prisão foi convertida em preventiva e indeferido o pleito de revogação.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* no Tribunal de origem, que denegou a ordem (e-STJ, fls. 22-33).

Neste *habeas corpus*, alega o impetrante não terem sido atendidos os requisitos autorizadores da prisão cautelar. Afirma que há provas suficientes de não ter o paciente participado da prática delitiva. Destaca, ainda, que a gravidade abstrata do delito não constitui fundamento idôneo para adoção da medida extrema.

Defende a substituição da preventiva por domiciliar, pois o paciente é o único responsável pelos cuidados de sua genitora, portadora de inúmeros problemas de saúde.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da preventiva ou a sua substituição por medidas cautelares alternativas.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, não é recomendável o deferimento de liminar que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 14/10/2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 13/1/2014).

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se, à autoridade apontada como coatora e ao Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Itaquaquecetuba-SP, informações - a serem prestadas por malote digital, preferencialmente - e a senha de acesso para consulta ao processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer. Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator

